

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO BANCÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO BANCÁRIA

DISCIPLINA: Planejamento Estratégico e Competitividade
RESUMO Em situações em que encontramos organizações comercializando um mesmo produto ou mesmo oferecendo o mesmo serviço para um público igual, essas empresas necessitarão definir de que forma oferecerão seus produtos ou serviços. Essa forma de atuação é o que comumente chamamos de estratégia, a qual pode fazer a empresa seguir diversos caminhos: melhorar preço, agregar valor, investir em propaganda, investir em capacitação, entre outros. Tudo isso vai depender dos objetivos da organização, pois, dependendo do que ela pretende alcançar, a atuação dela no mercado deverá ser de uma forma ou de outra. Por exemplo, se a empresa quer atingir uma fatia de consumidores de classes sociais mais elevadas, dificilmente sua estratégia será em torno do menor preço.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONCEITOS E ELEMENTOS ANÁLISE DO AMBIENTE ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
AULA 2 INTRODUÇÃO CONTROLE DE ESTRATÉGIAS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO QUESTÕES NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NÍVEIS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
AULA 3 INTRODUÇÃO REDEFINIÇÃO DO NEGÓCIO PROPOSTA DE VALOR CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO PLATAFORMAS E O CASE DE FÁBRICAS DE COMPUTADORES
AULA 4 INTRODUÇÃO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO EXTERNO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS AMBIENTE RELACIONAL
AULA 5 INTRODUÇÃO FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO TOMADA DE DECISÃO INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

REORGANIZANDO AS ESTRATÉGIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMPETITIVIDADE E CONCORRÊNCIA
IMPLANTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
FORNECEDORES
NOVOS ENTRANTES E PRODUTOS SUBSTITUTOS

BIBLIOGRAFIAS

- CERTO, S. C. et al. Administração estratégica – Planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- NOGUEIRA, C. S. Planejamento estratégico. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DISCIPLINA:

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

RESUMO

A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Ao longo dos anos, a evolução dos modelos de gestão das empresas passou a sugerir melhorias na combinação dos recursos e retornos aos investidores. Em determinados momentos, essas situações foram amplamente questionáveis, e o que se evidenciou é que nem sempre os comportamentos das pessoas, e por consequência das organizações, foram ao encontro do atendimento de interesses amplos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FORMAÇÃO DAS EMPRESAS E A TEORIA DA AGÊNCIA
CONCEITOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
8 PS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
ABORDAGEM DE STAKEHOLDERS
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA E OS MARCOS HISTÓRICOS
GOVERNANÇA NO MUNDO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL
AS CONDIÇÕES DAS EMPRESAS PARA A GOVERNANÇA NO BRASIL
A GOVERNANÇA E AS EMPRESAS FAMILIARES
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O COMITÊ DE AUDITORIA
CONDUTA E ÉTICA NOS NEGÓCIOS
IMPLEMENTANDO E APLICANDO PROCESSOS EFICAZES DE GOVERNANÇA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA E MERCADO FINANCEIRO
GOVERNANÇA E INOVAÇÃO
GOVERNANÇA E OS RISCOS CIBERNÉTICOS
GOVERNANÇA E AS EMPRESAS ESTATAIS
TENDÊNCIAS PARA A GOVERNANÇA CORPORATIVA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE COMPLIANCE
FERRAMENTAS DE COMPLIANCE
PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO
PROGRAMAS DE COMPLIANCE
GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMPLIANCE FISCAL E TRIBUTÁRIO
COMPLIANCE CONCORRENCIAL
COMPLIANCE EMPRESARIAL E BANCÁRIO
COMPLIANCE DIGITAL
COMPLIANCE TRABALHISTA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, Gestão Responsável e Ética nos negócios. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- BLOK, M. Compliance e Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- FROTA, A.; SENS, D. F. Globalização e Governança Internacional: Fundamentos Teóricos. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE RISCOS

RESUMO

Sabemos que, nos negócios, a gestão de riscos é definida como o processo de identificação, monitoramento e gerenciamento de riscos potenciais, a fim de minimizar o impacto negativo que eles podem ter sobre uma organização. Podemos ter exemplos de riscos potenciais que incluem violações de segurança, perda de dados, ataques cibernéticos, falhas de sistema e desastres naturais. E qual é o primeiro passo? É ter um processo de gerenciamento de riscos eficaz para identificar quais riscos representam a maior ameaça para uma organização e que forneça as diretrizes para lidar com eles. Antes de iniciarmos esta abordagem, vamos verificar os principais tópicos que nos acompanharão durante o desenvolvimento de nosso processo de ensino e aprendizagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS RISCOS

VIÉSSES DE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

RISCO DE CONFORMIDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA DE NÍVEL FUNCIONAL

RISKS ESTRATÉGICOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO OPERAÇÃO EM SERVIÇOS FINANCEIROS

AULA 3

INTRODUÇÃO

GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS, RISCOS E COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

RESILIÊNCIA DE GESTÃO DE RISCO

O GESTOR DE RISCO FINANCEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL COM AS MELHORES PRÁTICAS

QUANTIFICANDO O RISCO OPERACIONAL

ABORDAGENS PARA APURAR O RISCO OPERACIONAL

DIRETRIZ E GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DA ESTRUTURA COSO ERM

PADRÃO ISO 31000 E A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E RAZÕES

PELAS QUAIS ELES FRACASSAM

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS II

KEY RISK INDICATORS & KEY PERFORMANCE INDICATORS

TENDÊNCIAS ESG EM GESTÃO DE RISCOS

GERENCIAMENTO DE RISCO ORGANIZACIONAL E A ANÁLISE PREDITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. São Paulo: Grupo A, 2013.
- FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. D. Gerenciamento de riscos. São Paulo: GrupoA, 2018.
- MONTEIRO, M. S. A importância da gestão de riscos. Belém: Conaci, 2017.

DISCIPLINA:

ANÁLISE ESTRATÉGICA DE CUSTOS

RESUMO

A aplicação e o discernimento dos custos, em uma perspectiva estratégica, podem proporcionar um diferencial de conhecimento e crescimento profissional. Neste material abordaremos termos iniciais sobre custos, visando situar você no contexto dos aspectos de custos. Para tanto, tratamos da contabilidade de custos a ser utilizada para a tomada de decisão e abordamos a conceituação de gastos, desembolso, custos, despesas, investimentos, perdas e desperdícios, de maneira a diferenciar cada conceito e saber aplicá-los efetivamente na prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ABORDAGENS INICIAIS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

DISTINÇÃO DE GASTOS, CUSTOS, DESPESAS, INVESTIMENTOS, PERDA E DESPERDÍCIO

PLANO DE CONTAS PARA A CONTABILIDADE DE CUSTOS

CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS: DIRETOS X INDIRETOS

CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS: FIXOS X VARIÁVEIS

AULA 2

DECISÃO PARA ALOCAÇÃO DE CUSTOS FIXOS

LIMITAÇÃO NA METODOLOGIA DE ALOCAÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS FIXOS

ABORDAGEM DO CUSTEIO VARIÁVEL

RAZÕES DO NÃO USO DO CUSTEIO VARIÁVEL NOS BALANÇOS

AVALIAÇÃO DOS CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS NO MIX DE PRODUTOS

AULA 3

INTRODUÇÃO AO PREÇO DE VENDA

FORMAÇÃO DO MARKUP

DECISÕES SOBRE O MIX DE PRODUTOS E PREÇOS EM CURTO PRAZO

DECISÕES SOBRE O MIX DE PRODUTOS E PREÇOS EM LONGO PRAZO

ANÁLISE COMPETITIVA E PREÇOS BENCHMARK

AULA 4

CONCEITO DE MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

APLICAÇÕES PRÁTICAS DO MÉTODO DE MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÕES
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E FATOR DE LIMITAÇÃO NA CAPACIDADE PRODUTIVA
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E ALOCAÇÃO DE CUSTOS FIXOS IDENTIFICADOS
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E TAXA DE RETORNO

AULA 5

ANÁLISE CUSTO-VOLUME-LUCRO (CVL)
PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL, ECONÔMICO E FINANCEIRO
MARGEM DE SEGURANÇA E ALAVANCAGEM OPERACIONAL
IMPLICAÇÕES DA APROPRIAÇÃO DE CUSTOS SOBRE O PONTO DE EQUILÍBRIO
CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O PONTO DE EQUILÍBRIO E A ANÁLISE CVL

AULA 6

CUSTOS PERDIDOS
CUSTOS IMPUTADOS
CUSTOS DE REPOSIÇÃO
CUSTOS PARA DECISÃO E PARA ESTOQUE
MÃO DE OBRA DIRETA COMO CUSTO VARIÁVEL

BIBLIOGRAFIAS

- PADOVEZE, C. L. Contabilidade de custos: teoria, prática, integração com sistemas de informação (ERP). 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade de custos: fácil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ZANIN, D. F.; ESPEJO, M. M. S. B.; PANHOCA, L.; VOESE, S. B. Custos na pecuária leiteira: um estudo sobre o empirismo da aplicação conceitual por parte de diferentes profissionais. Custos e agronegócio online, v. 12, edição especial, p. 2-24, 2016.

DISCIPLINA:

FINANÇAS CORPORATIVAS E MERCADO DE CAPITAIS

RESUMO

Nesta disciplina vamos explorar temas que envolvem as finanças corporativas e o mercado de capitais. Primeiramente, abordamos os elementos das finanças corporativas (origem das finanças, abrangência e mercado de trabalho) e, na sequência, mostramos os mercados financeiros primários e secundários e as formas de negociação (como funciona cada um desses mercados). Por último, mostramos hipóteses, teorias e modelos que sustentam esse mercado (hipóteses de mercados eficientes – HME, teoria da agência, assimetria de informação e modelo de precificação de ativos – CAPM).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ELEMENTOS DE FINANÇAS CORPORATIVAS
MERCADO FINANCEIRO: PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO E FORMAS DE NEGOCIAÇÃO
HIPÓTESE DE MERCADOS EFICIENTES (HME)
TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO
MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS (CAPM)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

DECISÕES DE INVESTIMENTOS E DIMENSIONAMENTO DOS FLUXOS DE CAIXA
CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS
CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO
CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WEIGHTED AVERAGE COST OF CAPITAL – WACC)
FLUXOS DE CAIXA INCREMENTAIS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

TIPOS DE POLÍTICAS DE DIVIDENDOS
RELEVÂNCIA E IRRELEVÂNCIA DOS DIVIDENDOS
LIQUIDEZ, SINALIZAÇÃO E OUTRAS CONSIDERAÇÕES NA POLÍTICA DE DIVIDENDOS
CONFLITO DE AGENTES E CAIXA DISPONÍVEL PARA DIVIDENDOS
PRÁTICA LEGAL DA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, JUROS SEM CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

FONTES DE FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO
FONTES DE FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO: UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS
ESTRUTURA DE CAPITAL: CONCEITOS BÁSICOS
ESTRUTURA DE CAPITAL: AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO E DA ESTRUTURA DE CAPITAL
DIFICULDADES FINANCEIRAS, ENDIVIDAMENTO E AVALIAÇÃO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

MERCADO DE CAPITAIS
VALORES MOBILIÁRIOS
MERCADO DE CAPITAIS E AS EMPRESAS
A BOLSA DE VALORES NO BRASIL E NO MUNDO
NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES NA BM&FBOVESPA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DE AÇÕES
ANÁLISE MACROECONÔMICA E SETORIAL
ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA EMPRESA
A ANÁLISE TÉCNICA DE AÇÕES
ANÁLISE GRÁFICA E INDICADORES TÉCNICOS

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, J. et al. Análise do efeito segunda-feira no mercado de capitais brasileiro nos Períodos Exante (1995 a 2007) e Ex-post (2008 a 2012) à deflagração da Crise SubPrime. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37, 2013. Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro. Disponível em http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_FIN456.pdf. Acesso em: 7 dez. 2017.
- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SELEME, R. B. Diretrizes e práticas da gestão financeira e orientações tributárias. 1. ed. Curitiba: Ibplex, 2010.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONTEXTUALIZANDO
FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINALIZANDO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

CONTEXTUALIZANDO
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?
FINALIZANDO

AULA 3

CONTEXTUALIZANDO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
FINALIZANDO

AULA 4

CONTEXTUALIZANDO

ART. 1: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS
FINALIZANDO

AULA 5

CONTEXTUALIZANDO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
FINALIZANDO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

CONTEXTUALIZANDO
INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS
PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2018.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- ESTEFAM, F. F. Limites da terceirização. Jornal do Brasil, 7 maio 2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/artigo/noticias/2018/05/07/limites-daterceirizacao/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DISCIPLINA:

COGNIÇÃO, ATENÇÃO E FUNÇÕES EXECUTIVAS

RESUMO

Entender o funcionamento do fenômeno atenção tem sido fundamental nos tempos atuais, em que as queixas atencionais se tornaram exacerbadas em um mundo tomado por um excesso de estímulos e de informações. Nesta disciplina, serão abordados desde as bases neurobiológicas da atenção, seus subtipos e a relação da atenção com o nosso comportamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MODELOS TEÓRICOS E ASPECTOS DA ATENÇÃO
ATENÇÃO REFLEXÃO E ATENÇÃO VOLUNTÁRIA
BASES NEURAIIS
ATENÇÃO E COMPORTAMENTO

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELOS TEÓRICOS DE FUNÇÕES EXECUTIVAS
SUBCOMPONENTES DE FUNÇÃO EXECUTIVA
BASES NEURAIIS
FUNÇÕES EXECUTIVAS E COMPORTAMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
ESTIMULAÇÃO DA ATENÇÃO
CONSCIÊNCIA
CORRELATOS NEURAIIS DA CONSCIÊNCIA
AUTOCONSCIÊNCIA

AULA 4

INTRODUÇÃO
DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS
INFLUÊNCIAS POSITIVAS E NEGATIVAS NO DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO
FUNÇÕES EXECUTIVAS E APRENDIZAGEM
FUNÇÕES EXECUTIVAS – HABILIDADES PARA A VIDA TODA

AULA 5

INTRODUÇÃO
EMOÇÃO
DIMENSÕES DO ESTILO EMOCIONAL
COMO A EMOÇÃO AFETA A SAÚDE?
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
ASPECTOS EVOLUTIVOS DO CÉREBRO
LOBO FRONTAL
ALTERAÇÕES DO LOBO FRONTAL
INTERESSE PELO LOBO FRONTAL NO MUNDO CORPORATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- COUTINHO, G. et al. Atenção. In: MALLOY-DINIZ, L. et al. Avaliação neuropsicológica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- _____. Avaliação neuropsicológica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- XAVIER, G. F. Processos atencionais. In: SANTOS, F.; ANDRADE, V.; BUENO, O. Neuropsicologia Hoje. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E O GERENCIAMENTO DE CAPITAL
RESUMO
A administração financeira está inserida em todas as nossas relações, sejam elas humanas, comerciais ou produtivas. Especificamente, em gestão de negócios, a gestão financeira é responsável pela: tomada de decisões que maximizem a riqueza do empreendimento; redução ao mínimo possível de risco do negócio; orientação da receita ao volume e obtenção de lucros reais. Ou seja, ela é quem demandará o presente e o futuro da organização. Este material procura abranger de maneira clara e didática os principais fatores que englobam a administração financeira e o gerenciamento de capital, para que você compreenda as bases dessas áreas e desenvolva a sua atuação nelas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITOS GERAIS O ADMINISTRADOR FINANCEIRO FERRAMENTAS DE CÁLCULO FINANCEIRO CALCULADORAS FINANCEIRAS - A HP-12C FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO FINANCEIRA
AULA 2 DECISÕES FINANCEIRAS NAS CORPORAÇÕES PROJEÇÕES DE RECEITA RECEITA E SAZONALIDADE PROJEÇÕES DO BALANÇO FINANCEIRO E FLUXO DE CAIXA A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS
AULA 3 PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL CUSTOS FIXOS E VARIÁVEL MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL (GAO) GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)
AULA 4 GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO MATÉRIA-PRIMA E O ESTOQUE EXCEDENTE EFICIÊNCIA DE GIRO E ESTOQUE INDICADORES FINANCEIROS ÍNDICES FINANCEIROS
AULA 5 ANÁLISE DE INVESTIMENTOS CUSTOS EM INVESTIMENTOS CÁLCULO E MENSURAÇÃO DOS CUSTOS EM INVESTIMENTOS

CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL
VAUE (VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE)

AULA 6

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
TIR INCREMENTAL
PAYBACK SIMPLES
PAYBACK ATUALIZADO

BIBLIOGRAFIAS

- 6 FERRAMENTAS para fazer o planejamento estratégico do próximo ano. Endeavor Brasil, 6 nov. 2015. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Dia-a-dia/noticia/2015/11/6-ferramentas-para-fazer-o-planejamento-estrategico-do-proximo-ano.html>. Acesso em: 15 maio 2017.
- CARTÃO BNDES. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes>. Acesso em: 15 maio 2017.
- FINAME. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/finame>. Acesso em: 15 maio 2017.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DE CRÉDITO E RISCO

RESUMO

O crédito é um assunto de pauta para todos os momentos no mercado, uma vez que tanto os bancos quanto as empresas necessitam dele para canalizar seus recursos e desenvolver atividades comerciais. Desse modo, na disciplina de Análise de Crédito e Risco vamos buscar juntos compreender por meio de nossas aulas o conteúdo conceitual e prático que torne claro o entendimento sobre a concessão de crédito. É importante reforçar que crédito é confiança e que, para ele se tornar mais seguro, necessitamos implantar técnicas de avaliações capazes de reduzir os riscos inerentes à modalidade e atingir resultados esperados com a operação de crédito concedida. Jamais o risco será eliminado, no entanto, podemos identificá-lo e tomar medidas capazes de reduzi-lo para que fiquemos menos expostos a futuras situações de inadimplência e perdas. A exposição desnecessária está ligada diretamente ao não cumprimento na íntegra de uma premissa básica do crédito, a qual é o levantamento das informações sobre o tomador de crédito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS E HISTÓRICOS DO CRÉDITO
CRÉDITO NA PRÁTICA
RISCO DE CRÉDITO
PERDA X DIVERSIFICAÇÃO
PROCESSO DE CRÉDITO: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E EMPRESAS

AULA 2

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PARA CRÉDITO
BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
ESTRUTURA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO NAS EMPRESAS

COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES PARA BASE INTERNA
COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES: BASE EXTERNA

AULA 3

ANÁLISE DO CRÉDITO: OBJETIVO E IMPORTÂNCIA
AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS E CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES
CONFIRMAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES
AVALIAÇÃO DO RISCO: OS CS DO CRÉDITO
RISCOS DO CLIENTE E DA OPERAÇÃO

AULA 4

AVALIAÇÃO FINANCEIRA: PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO NA PESSOA FÍSICA
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA
DADOS CONTÁBEIS E ÍNDICES FINANCEIROS
FORMALIZAÇÃO DE GARANTIAS

AULA 5

ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA DE CRÉDITO: MODELOS DE DESENVOLVIMENTO
MODELO DE PROPOSTA PARA PESSOAS JURÍDICAS
MODELO DE PROPOSTA PARA PESSOAS FÍSICAS
AVALIAÇÃO DOS RISCOS: MENSURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RATING NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

ACOMPANHAMENTO DO CRÉDITO
ESTUDO DA INADIMPLÊNCIA
ESTUDO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO
JUROS VERSUS INFLAÇÃO
DETERMINAÇÃO DE JUROS NO MERCADO

BIBLIOGRAFIAS

- 1º Congresso Internacional de Gestão de Riscos, Febraban.
Disponível em:
<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/antonio%20castrucci%20ADMINISTRANDO%20O%20RISCO%20DE%20CR%C9DITO%20-%20FEBRABAN%20-VFINAL.pdf>. Acesso em: 9 out. 2016.
- PACIEVITCH, T. História do cartão de crédito. Disponível em:
<http://www.infoescola.com/economia/historia-do-cartao-de-credito/>. Acesso em: 8 out. 2016.
- YANADA, G.; HOLLAND, M. Basileia II e exigência de capital para risco de crédito dos bancos no Brasil. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbfin/article/viewFile/1419/1729>. Acesso em: 8 out. 2016.

DISCIPLINA:
ENGENHARIA ECONÔMICA

RESUMO

Ao tratarmos da engenharia econômica, nós estudaremos, primeiramente, a microeconomia e, na sequência, a macroeconomia e, finalmente, os custos. A microeconomia é baseada em duas importantes teorias: a teoria do consumidor; a teoria da firma. Cada um de nós, como consumidores, nos deparamos com situações em que fica a dúvida se devemos ou não comprar determinado produto ou adquirir determinado serviço, no que tange ao custo desse produto ou serviço. É comum que um consumidor, ao perceber que um produto que costuma utilizar está com preço mais baixo do que aquele comumente praticado pelo mercado, resolva adquirir uma quantidade maior de itens daquele produto. Mas a mesma situação pode ocorrer quando ele tem a sua renda aumentada, pois se sente momentaneamente mais rico. É importante, portanto, conhecermos o comportamento do consumidor perante o mercado de bens e de serviços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: A CURVA DE INDIFERENÇA

EFEITOS DE ALTERAÇÕES NA RENDA DO CONSUMIDOR

CURVA DE DEMANDA INDIVIDUAL

DETERMINANTES DA DEMANDA

AULA 2

INTRODUÇÃO

ANÁLISE DA FIRMA NO CURTO PRAZO

TEORIA DOS CUSTOS COM UM FATOR DE PRODUÇÃO FIXO

RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CUSTOS NO CURTO PRAZO

A CURVA DE OFERTA DA FIRMA

AULA 3

INTRODUÇÃO

TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO TÉCNICA E RENDIMENTOS DE ESCALA

AS ESTRUTURAS DE MERCADO

O EQUILÍBRIO DA FIRMA

CURVA DE DEMANDA PARA UMA FIRMA EM CONCORRÊNCIA PERFEITA

AULA 4

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DA ANÁLISE MACROECONÔMICA

A ECONOMIA CLÁSSICA DO PLENO EMPREGO

A MOEDA E A POLÍTICA MONETÁRIA

A TAXA DE CÂMBIO E O MERCADO DE DIVISAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS DE FABRICAÇÃO

CONTABILIDADE DE CUSTOS

ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO

MARK UP

AULA 6

INTRODUÇÃO
SISTEMAS DE CUSTEIO
CUSTEIO DEPARTAMENTAL
CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
CUSTO PADRÃO

BIBLIOGRAFIAS

- MONTELLA, M. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE DE CUSTOS

RESUMO

Competitividade é um termo que resume o que as empresas vivem atualmente por conta da globalização, e sobre o impacto das possibilidades que o consumidor possui diante das tecnologias de informação e comunicação. Hoje em dia o consumidor possui à sua disposição inúmeras opções de compras pelos mais diversos canais de distribuição, e esses fatores fazem com que as empresas tenham que rever seus processos e suas atividades constantemente, sempre buscando se atualizar e se manterem competitivas. Nesse contexto, a contabilidade surge como ferramenta essencial que busca fornecer informações sempre relevantes para o processo de tomada de decisões, principalmente no que tange ao desenvolvimento de novas técnicas operacionais que visem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis aos gestores, buscando otimizar o resultado das entidades. Diante desse aspecto, a ciência contábil está sempre buscando desenvolver novas técnicas que venham a aprimorar as práticas e satisfazer as necessidades do homem de hoje, principalmente no que tange aos negócios. Uma das formas mais eficientes usadas pelas empresas para se tornarem mais competitivas é o tratamento dos custos nos seus processos produtivos, o que é subsidiado por técnicas desenvolvidas e oferecidas pela contabilidade de custos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONTABILIDADE FINANCEIRA, A DE CUSTOS E A GERENCIAL
TERMINOLOGIAS APLICADAS À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
A CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA ATENDER À CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E FISCAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

MATERIAIS DIRETOS: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: O CUSTO MÉDIO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: PEPS (FIFO)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: UEPS (LIFO)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

SEPARAÇÃO ENTRE MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA
APONTAMENTO DA MÃO DE OBRA DIRETA
COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA
TEMPO NÃO PRODUTIVO DA MÃO DE OBRA DIRETA
OUTROS GASTOS DECORRENTES DA MÃO DE OBRA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE RATEIO
RATEIO DOS CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS
IMPORTÂNCIA DA CONSISTÊNCIA DOS CRITÉRIOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

SISTEMA DE CUSTEIO DIRETO
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
SISTEMA DE CUSTEIO RKW
CUSTOS EM ENTIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

CUSTEAMENTO POR ORDEM
CUSTEAMENTO POR PROCESSOS
CUSTEAMENTO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO CONJUNTA
CONTABILIDADE DE CUSTOS E O PRONUNCIAMENTO CPC 16 ESTOQUES
PERDAS NA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- PADOVEZE, C. L. Contabilidade geral. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2016. p. 31
- _____. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas – exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA:

GESTÃO CONTÁBIL

RESUMO

Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO
PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE
PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS
AUDITORIA E PARECER

AULA 2

INTRODUÇÃO
ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS
ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE
ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

AULA 4

INTRODUÇÃO
DFC PELO MÉTODO INDIRETO
ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VARIAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA
DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS
APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES

AULA 6

INTRODUÇÃO
ATIVOS CONTINGENTES
PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.
- _____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.
- _____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.

